



Decisões do STF sobre lei de responsabilidade fiscal foram destaque

O Plenário do Supremo Tribunal Federal julgou uma série de ações que questionavam a Lei de Responsabilidade Fiscal. Entre as decisões tomadas pela corte está a que considerou [válido](#) o trecho que diz ser necessário mostrar fonte de custeio ao criar lei que aumente despesas.

A corte [decidiu](#) também que é constitucional a União bloquear repasses voluntários a estados e municípios caso eles não cumpram seu dever de instituir e arrecadar tributos locais. A possibilidade do bloqueio de repasses voluntários a estados e municípios, por falta de transparência, foram



30 anos de Supremo

O ministro Celso de Mello completou [30 anos](#) de Supremo Tribunal Federal no último sábado (17/8). Celebrado pela [comunidade jurídica](#), o ministro foi exaltado em artigos publicados por seus colegas de corte:

Luiz Edson Fachin: "[Ser e estar com Celso ao lado: um jurista fiel a si mesmo](#)"

Alexandre de Moraes: "[30 anos de Celso de Mello no Supremo: um exemplo a ser seguido](#)"

Gilmar Mendes: "[30 anos de Celso no STF: o legado de um garantista que não se nega a inovar](#)"

Luís Roberto Barroso: "[A corte Celso de Mello: a memória e reserva moral do Supremo](#)"

Os ministros também [exaltaram](#) Celso de Mello durante sessão da corte: "O MP tem revelado tanto valor. Um exemplo é a PGR e trabalhamos juntos até ela atuar no TST. O registro é necessário. Celso de Mello, oriundo do MP, é portador de uma formação humanística e técnica", disse Marco

Aurélio.

A presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministra Rosa Weber, também [elogiou](#) o ministro que, segundo ela, encanta por suas lições e pelo respeito indeclinável à Constituição.

Frase da semana

As inúmeras lições de Celso de Mello nos encantam não apenas quando, na vanguarda, com o dinamismo e a clarividência de que impregnada sua sensibilidade -, nos conclama a abraçar o novo que se apresenta na constante evolução do Direito, mas também quando a sua experiência nos restaura – e o faz com frequência -, a memória do que não devemos nem podemos esquecer, do que devemos afirmar e reafirmar e não silenciar: o respeito indeclinável à Constituição e às leis da República".

Rosa Weber, presidente do TSE, ao [homenagear](#) os 30 anos do ministro Celso de Mello no Supremo.

Entrevista da semana

Spacca



A preocupação do Ministério Público não pode ser somente a corrupção,

mas sim todo o comportamento que seja socialmente danoso. Além disso, a entidade deve abandonar o papel de enfrentamento de incêndio e passar a se tornar um proponente de soluções em conjunto com a sociedade.

Essa a visão que procurador-geral de Justiça do Rio de Janeiro, Eduardo Gussem, tenta colocar em prática. Em [entrevista](#) à **ConJur**, Gussem falou sobre a tentativa de superar o que vê como um modelo demandista: "Ficamos em processo, processo e processo e perdemos para o volume. Precisamos nos reinventar. Reposicionar e nos reencontrar".

Ranking

ConJur



2,6 milhões

número de visualizações
de página na ConJur



1,3 milhão

número de visitantes
na página

Fonte: Google Analytics

Com 43,9 mil acessos, a [notícia](#) mais lida da semana foi sobre a decisão do

TRT da 4ª Região (RS) que considerou válida a demissão de uma grávida por justa causa. Segundo o relator do acórdão, o desembargador Marcos Fagundes Salomão, a justa causa é uma exceção à estabilidade provisória garantida à gestante.

Com 39,5 mil acessos, a [segunda notícia](#) é sobre o pedido do Partido Socialista Brasileiro para que o Supremo Tribunal Federal suspenda os efeitos da decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça que reduziu a pena do ex-presidente Lula em um terço, para 8 anos, 10 meses e 20 dias, mas manteve sua condenação.

A legenda questiona o sistema de nulidades do Processo Penal brasileiro, por permitir violação a importantes preceitos fundamentais da Constituição Federal.



As dez mais lidas

[TRT-4 decide que grávida pode ser demitida por justa causa](#)

[Partido tenta anular decisões do TRF-4 e STJ que mantiveram condenação de Lula](#)

[Lenio Streck: "*Lei do abuso: Moro indica livro que não leu. E quer chumbar a lei!*"](#)

[Lenio Streck: "*Lei do abuso: juízes e procuradores não confiam neles mesmos?*"](#)

[Gilmar e ministros do STJ discutem direitos fundamentais e Processo Penal na OAB](#)

[Preservaremos relação entre jornalistas e procuradores da "lava jato", diz Greenwald](#)

[Ministério da Educação avalia cursos de ensino a distância de Direito](#)

[Advogado tem sigilo de conversa quebrado e anexado em ação contra cliente](#)

[Congresso aprova nova Lei do Abuso de Autoridade e texto vai para sanção](#)

[Gilmar nega pedido para suspender ação que investiga venda de pareceres técnicos](#)

Manchetes da Semana

[STF impede redução de salário de servidor dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal](#)

[Cabe agravo contra intervenção de terceiros que altera competência, diz STJ](#)

[Supremo declara constitucional obrigação de indicar fonte em lei que aumenta custos](#)

[Dano moral reflexo é devido mesmo quando a vítima não morreu, decide STJ](#)

[Deputados dos EUA questionam governo sobre ajuda a procuradores da "lava jato"](#)

[Advogado é que tem de provar que devedor pode pagar sucumbência, decide TRT-10](#)

[Intimação da penhora inicia prazo para impugnar valor de execução, decide STJ](#)

[Ministério da Justiça opina pelo veto a 11 artigos da nova Lei de Abuso de Autoridade](#)

[Não cabe anulatória para discutir prova nova após trânsito em julgado](#)

[OAB defende atuação da Receita Federal contra as interferências do governo](#)

[Eduardo Gussem: "*MP deve deixar papel de atendedor de demandas e assumir o de proponente*"](#)

[Litisconsórcio não é necessário em casos de responsabilidade solidária, diz STJ](#)

[Consumidor que aceita arbitragem não pode depois recorrer ao Judiciário, diz STJ](#)

Date Created

24/08/2019